

Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota
Kalume
•
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[Congresso Nacional aprova mudanças na Nova Lei de Licitações](#)

[Ministério das Cidades atualiza IN sobre o programa Saneamento para Todos](#)

[TJDFT – Novacap deve indenizar motorista que teve os pneus do veículo danificados por buraco na pista](#)

[TJAC – Mantida condenação para ente público para providenciar saneamento básico em Assis Brasil](#)

[TJDFT – Ex-governador do DF e outros réus são absolvidos da acusação de improbidade administrativa](#)

[Resolução estabelece a abertura formal e o prazo do procedimento para recebimento das cópias dos documentos que instruem o protocolo do requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira realizado pelos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário](#)



@MOTAKALUME_ADV

Mota
Kalume
•
ADVOGADOS

Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota
Kalume
•
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



TCU – É irregular o pagamento antecipado de bens condicionado à apresentação, pelo contratado, de termo de fiel depositário, sem a exigência de garantias específicas para o adiantamento. A exceção somente deve ser admitida se ficar demonstrado o interesse público e houver previsão no edital, sendo necessário exigir do contratado as devidas garantias, tais como cartas-fiança ou seguros

Foi sancionada lei que consolida as normas para os procedimentos de parcelamento do solo urbano no território do DF



[@MOTAKALUME_ADV](https://www.instagram.com/MOTAKALUME_ADV)

Mota
Kalume
•
ADVOGADOS